MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 61.065.298/0001-02

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/22"), a Mangels Industrial S.A. ("Mangels" ou "Companhia") apresenta o Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia") ("Proposta") a ser realizada, em primeira convocação, às 14 horas do dia 27 de abril de 2023, nos termos do Edital de Convocação divulgado em 28, 29 e 30 de março no Jornal Diário do Comércio.

Três Corações, 27 de março de 2023[1].

Robert Max Mangels

Presidente do Conselho de Administração

[1] *Este documento foi divulgado originalmente em 28 de março de 2023 e posteriormente reapresentado em 6 de abril de 2023, exclusivamente para refletir as adequações promovidas pelas Resoluções CVM nº 81/22 e 59/21, em especial nos Anexos I, II e III, correspondentes aos itens 2, 7 e 8 do Formulário de Referência.*

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 61.065.298/0001-02

ÍNDICE

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA 3
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA 5
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA 9
ANEXO II – CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 25
ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 36

ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Poderão participar da Assembleia os titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Mangels, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária.

Conforme autorizado pelo §2º-A do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), a AGO será realizada de forma **exclusivamente digital**, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*".

Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO, nos termos do art. 28, §§ 2º e 3º, da Resolução CVM nº 81/22: **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico; ou **(ii)** por meio de boletim de voto a distância, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador.

Participação por meio da plataforma eletrônica

Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão encaminhar ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no e-mail ri@mangels.com.br, até 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023, os seguintes documentos:

(i) Comprovante da qualidade de acionista da Companhia emitido pelo escriturador ou instituição depositária, conforme o caso, com no máximo 05 (cinco) dias de antecedência à data da assembleia geral;

(ii) Se pessoa física, cópia do documento de identidade;

(iii) Se pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia de estatuto, contrato social ou regulamento, cópia de ata de eleição dos administradores, cópia do contrato de administração ou gestão, conforme aplicável, todos devidamente registrados ou arquivados perante o órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente na assembleia; e

(iv) Se forem representados por procuradores, além dos documentos mencionados anteriormente, os acionistas deverão apresentar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador,

Os documentos provenientes do exterior deverão ser notarizados e consularizados, ou apresentados em forma de apostila, se aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada registrada em cartório de títulos e documentos.

Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas e as assinaturas originais deverão ser reconhecidas em cartório, por semelhança ou autenticidade.

Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores.

O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@mangels.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia.

Representação por procurador

Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador ou advogado, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A..

A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

Participação por meio de boletim de voto a distância

Nos termos da Resolução CVM n.º 81/22, os acionistas poderão enviar boletins de voto a distância, conforme modelo disponibilizado no seu website (http://www.mangels.com.br), nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br), diretamente à Companhia ou por meio do escriturador (Itaú Investment Services – www.itau.com.br/investmentservices) ou de seus respectivos custodiantes, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis e segundo as regras previstas no Formulário de Referência da Companhia.

Os documentos e informações referidos acima, bem como os demais documentos previstos na Resolução CVM n.º 81/22, relativos à ordem do dia e à participação na Assembleia foram divulgados no sistema eletrônico Empresas.Net, e se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.mangels.com.br), e nos websites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração apresenta, a seguir, suas propostas e comentários sobre as matérias constantes da ordem do dia da AGO.

1. Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração esclarece que os documentos acima referidos, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, bem como no seu website (http://www.mangels.com.br), nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Em atendimento ao art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo I** a esta Proposta (Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia).

2. Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Considerando o saldo atual da conta de prejuízos acumulados, apesar de a Companhia ter apurado lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração recomenda a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados, conforme art. 189, parágrafo único, da Lei das S.A..

Por tal motivo, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, conforme dispensado pela decisão do colegiado da CVM no processo administrativo CVM RJ 2010/14687, em reunião de 27 de setembro de 2011.

3. Fixação do número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.

Nos termos do art. 16 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral e com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Dessa forma, o Conselho de Administração sugere que o número de assentos no Conselho de Administração para o próximo mandato seja, dentro do limite permitido pelo Estatuto Social da Companhia, conforme acima, de 6 (seis) membros, todos a serem eleitos na Assembleia Geral, pelo voto majoritário e/ou pelo voto em separado de acionistas titulares de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 141, § 4º, II, da Lei das S.A.. Somente poderão exercer o direito de eleição em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida de 10% (dez por cento) durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, nos termos do art. 141, § 6º, da Lei das S.A..

4. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato.

Para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, a acionista controladora Mangels S.A. indicou chapa composta pelos seguintes membros::

(i) Jonathan Thomas O'Day, para o cargo de Presidente;

(ii) Mark Ross Mangels, para o cargo de Vice-Presidente;

(iii) Susan Jane Mangels Cox;

(iv) Alan Robert Mangels, e;

(v) Cristine Mangels Vieira;

Já os acionistas minoritários preferenciais da Companhia indicaram o Sr. Antonio Farina, nos termos do art. 141, § 4º, II, da Lei das S.A., para ocupar cargo de conselheiro de administração da Mangels.

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81, o **Anexo II** da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho de Administração, na forma do item 7 do Formulário de Referência, bem como informações relativas aos possíveis cenários de eleição do Conselho de Administração (Anexo II – Candidatos para Ocupar Cargos de Membros Efetivos do Conselho de Administração).

5. Designação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia, a indicação para Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia poderão ser realizadas pela Assembleia Geral.

A acionista controladora da Companhia Mangels S.A. propõe a designação do Sr. Jonathan Thomas O´Day como Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

6. Designação do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

A acionista controladora da Companhia Mangels S.A. propõe a recondução do Sr. Mark

Ross Mangels como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

7. A qualidade de independente do conselheiro Jonathan Thomas O´Day, nos termos dos arts. 5º a 7º do Anexo K, da Resolução CVM n.º 80/22.

Para fins de deliberação acerca da qualidade de independente do membro eleito para o Conselho de Administração, nos termos dos arts. 5º a 7º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80/22, o Conselho de Administração informa que o candidato a conselheiro independente Jonathan Thomas O´Day apresentou declaração ao Conselho de Administração, na qual atestou atender todos os requisitos para enquadramento como conselheiro independente.

8. A qualidade de independente do conselheiro Antonio Farina, nos termos dos arts. 5º a 7º do Anexo K, da Resolução CVM n.º 80/22.

Para fins de deliberação acerca da qualidade de independente do membro eleito para o Conselho de Administração, nos termos dos arts. 5º a 7º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80/22, o Conselho de Administração informa que o candidato a conselheiro independente Antonio Farina apresentou declaração ao Conselho de Administração, na qual atestou atender todos os requisitos para enquadramento como conselheiro independente.

9. Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023.

O Conselho de Administração propõe que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, para o período de maio de 2023 a março de 2024, seja de R$ 6.479.348,00 (seis milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme será definido em reunião do Conselho de Administração.

A título informacional, a Companhia esclarece que, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o valor da remuneração efetivamente realizado foi de R$ 3.489.821,32 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos).

Em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, o **Anexo III** a esta Proposta contém informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores da Companhia, na forma do item 8 do Formulário de Referência (Anexo III – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22).

10. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, caso venha a ser requerida sua instalação por acionistas, nos termos da Lei das S.A..

A instalação do Conselho Fiscal será deliberada em conformidade com o artigo 27 do

Estatuto Social da Companhia e art. 161, da Lei das S.A..

11. Fixar a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, para o exercício social de 2023.

Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal, os acionistas deverão deliberar sobre proposta a ser elaborada pelo Conselho de Administração sobre a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal.

Nesta hipótese, a Companhia divulgará, oportunamente, todas as informações exigíveis pelo art. 13 da Resolução CVM nº 81/22 e constantes do item 8 do Formulário de Referência.

Três Corações, 27 de março de 2023.

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

***

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(*Em conformidade com o disposto no art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22 e na forma do item 2 do Formulário de Referência*).

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ITEM 2. Comentários dos diretores

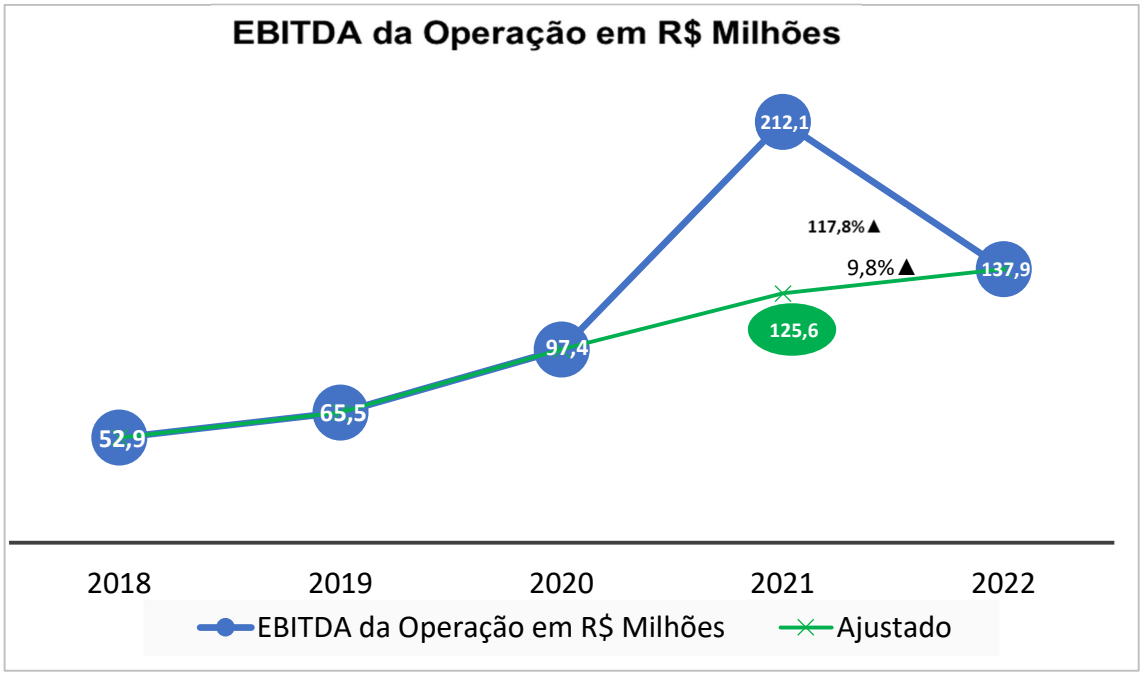
2.1. – Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2022

DESTAQUE:

EVOLUÇÃO DO EBITDA DA OPERAÇÃO



Sendo um dos principais indicadores financeiros da Companhia o **Ebitda** é usado para medir os resultados, ele contempla a quantidade de recursos que a Companhia gera apenas em suas atividades principais, sem contar a rentabilidade de investimentos ou descontos de impostos.

Para o acumulado de 2022 entregamos um Ebitda no valor de R$ 137,9 milhões contra R$ 212,1 milhões do mesmo período em 2021. Vale ressaltar que para o ano de 2021 tivemos o efeito da contabilização da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, conforme definição do Supremo Tribunal Federal (STF). Valores estes representados por um montante de R$ 86,5

milhões, sendo o Ebitda "Ajustado" de R$ 125,6 milhões. Quando comparado ao acumulado de 2022 observamos um crescimento de 9,8%.

CENÁRIO ECONÔMICO – 2022

Foi um ano marcado por incertezas em todos os sentidos, houve marcos históricos, guerra na Europa refletindo no mundo todo, a crise de contêineres, cadeia de abastecimento enfraquecida e além dos reflexos da pandemia Covid-19. Já o mercado financeiro sofreu com a inflação, juros elevados, dólar flutuando entre R$ 5,70 e R$ 4,61, com seu maior valor logo no início do ano e seu menor valor em abril. As commodities no primeiro semestre dispararam globalmente devido as incertezas do mercado, durante o segundo semestre houve um período de reequilíbrio que deu mais estabilidade ao mercado depois de uma série de turbulências.

No mercado automotivo, conforme índices divulgados pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a produção de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus no Brasil cresceu 5,4% em 2022, na comparação com 2021. No total, foram fabricados 2,37 milhões de veículos no ano passado, contra 2,24 milhões em 2021. Inicialmente para 2022, esperava-se um acréscimo de 9,4% chegando a 2,46 milhões de unidades. Porém, o resultado ficou abaixo do esperado.

No segmento GLP, segundo reportagem de 08/02/2023, da InfoMoney, o consumo do gás de cozinha no Brasil em 2022 registrou a pior marca em 10 anos, além de dois recordes históricos, maior preço real e menor consumo por pessoa nos últimos 20 anos.

O setor de motocicletas segue em ascensão, a grande procura por motos proporcionou uma produção de motos em 2022 de 1,413 milhão de unidades. Agora a expectativa é produzir quase um milhão e meio de unidades. Com a nova previsão, o segmento de motos deve ficar próximo ao patamar alcançado em 2014, quando foram produzidas 1,517 milhão de unidades.

b. Estrutura de capital

Não se aplica.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 2021 e 2022 está demonstrada abaixo:

R$ Milhões	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	32,3	36,6	46,4	50,1	65,1	83,6	93,0	74,6
Longo Prazo	740,3	671,0	701,1	691,7	634,0	650,5	662,4	619,1
	772,6	**707,6**	**747,5**	**741,8**	**699,1**	**734,1**	**755,4**	**693,7**
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de Caixa	53,7	30,1	37,5	33,5	27,9	14,7	32,6	13,5
Títulos e Valores Mobiliários	34,2	47,5	53,7	25,5	30,2	23,9	57,4	57,7
	87,9	**77,6**	**91,2**	**59,0**	**58,1**	**38,6**	**89,9**	**71,2**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	**684,7**	**630,0**	**656,3**	**682,8**	**641,0**	**695,4**	**665,5**	**622,5**

O **endividamento líquido** tem como sua principal variação as oscilações da taxa R$/dólar que em 31 de dezembro de 2021 US$ 1,00 correspondia a R$ 5,5805 e no fechamento de 31 de dezembro de 2022 US$ 1,00 correspondia a R$ 5,2177, gerando assim uma contabilização de variação

cambial positiva no exercício de 2022 de R$ 25,6 milhões, além dos juros normais. Conforme já mencionado nos comentários do lucro líquido, a contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende utilizar de nenhum financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;

Não se aplica

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 2.1. (c) deste Formulário de Referência.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas.

Não se aplica.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.
Não se aplica.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados
Não se aplica.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2022 x 2021 x 2020 - (em R$ mil)

Mangels Industrial S.A. E Controladas
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a 2020

(em milhares de reais - R$)

	2022 -Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional liquida	22	908.156	795.762	505.890	1.017.186	862.974	546.452
Custo das mercadorias vendidas	23	(789.917)	(681.992)	(434.118)	(873.266)	(732.221)	(465.772)
Lucro operacional bruto		**118.239**	**113.770**	**71.772**	**143.920**	**130.753**	**80.680**
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas de vendas	23	(5.693)	(5.501)	(5.330)	(6.126)	(5.846)	(5.625)
Despesas gerais e administrativas	23	(28.828)	(27.124)	(25.358)	(30.939)	(28.167)	(26.250)
Reversão (provisão) para perda de crédito e	8	627	(525)	22	627	(525)	22
Equivalência patrimonial	11	19.234	12.349	5.892	-	-	-
Outras Receitas	24	26.869	115.965	83.850	30.642	118.270	84.775
Outras Despesas	24	(19.748)	(21.296)	(54.957)	(19.993)	(21.341)	(55.026)
		(7.539)	**73.868**	**4.119**	(25.789)	62.391	(2.104)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**110.700**	**187.638**	**75.891**	**118.131**	**193.144**	**78.576**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	25.1	8.910	60.906	15.750	10.032	61.074	16.187
Despesas financeiras	25.2	(61.194)	(35.447)	(31.048)	(61.896)	(36.297)	(31.919)
Variações monetárias e cambiais	25.3	25.512	(27.768)	(91.342)	25.512	(27.768)	(91.342)
		(26.772)	**(2.309)**	**(106.640)**	(26.352)	(2.991)	(107.074)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**83.928**	**185.329**	**(30.749)**	**91.779**	**190.153**	**(28.498)**
Imposto de renda e contribuição social	26	**174.796**	**(35.999)**	**(231)**	166.945	(40.823)	(2.482)
Corrente		(9.940)	(36.185)	(438)	(17.791)	(41.009)	(2.689)
Diferido		184.736	186	207	184.736	186	207
Lucro do exercício		**258.724**	**149.330**	**(30.980)**	**258.724**	**149.330**	**(30.980)**
Lucro do exercício por lote de mil ações básico diluído - R$	21				44,7371	25,8213	(5,3569)
Ações ordinárias (centavos por ação)					42,0358	24,2623	(5,0334)
Ações preferenciais (centavos por ação)					46,2399	26,6885	(5,5368)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Análise do resultado consolidado do ano de 2022 versus o ano de 2021 (em R$ mil)

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

DESEMPENHO CONSOLIDADO

R$ Milhões	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Bruta	**313,3**	**330,0**	**313,2**	**258,8**	**1.215,3**	**253,4**	**253,6**	**291,5**	258,6	**1.057,1**
Receita Líquida	**260,6**	**276,6**	**263,5**	**216,5**	**1.017,2**	**203,0**	**208,2**	**237,7**	**214,1**	**863,0**
Mercado Interno	259,4	274,8	260,2	216,0	1.010,4	202,3	207,4	236,9	213,2	859,8
Mercado Externo	1,2	1,8	3,3	0,5	6,8	0,7	0,8	0,8	0,9	3,2
CPV	**(218,1)**	**(228,1)**	**(227,5)**	**(199,6)**	**(873,3)**	**(169,3)**	**(177,2)**	**(198,6)**	(187,2)	**(732,3)**
Lucro Bruto	**42,5**	**48,5**	**36,0**	**16,9**	**143,9**	**33,7**	**31,0**	**39,1**	**26,9**	**130,7**
Margem Bruta	*16,3%*	*17,5%*	*13,7%*	*7,8%*	*14,1%*	*16,6%*	*14,9%*	*16,4%*	*12,6%*	*15,1%*
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(8,2)	(9,9)	(8,0)	(10,3)	(36,4)	(8,2)	(8,8)	(8,5)	(9,0)	(34,5)
Outras receitas (despesas)	1,3	0,2	1,3	7,8	10,6	1,7	85,9	4,4	4,9	96,9
Lucro Operacional	**35,6**	**38,8**	**29,3**	**14,4**	**118,1**	**27,2**	**108,1**	**35,0**	**22,8**	**193,1**
Resultado Financeiro	**50,8**	**(49,9)**	**(26,5)**	**(0,7)**	**(26,3)**	**(42,0)**	**90,0**	**(39,5)**	**(11,5)**	**(3,0)**
Despesa Financeira	(12,4)	(15,0)	(17,4)	(17,1)	(61,9)	(6,4)	(9,6)	(8,9)	(11,4)	(36,3)
Receita Financeira	1,7	2,5	2,9	2,9	10,0	0,3	49,4	1,3	10,1	61,1
Variação cambial líquida	61,5	(37,4)	(12,0)	13,5	25,6	(35,9)	50,2	(31,9)	(10,2)	(27,8)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de rend e da contribuição social	**86,4**	**(11,1)**	**2,8**	**13,7**	**91,8**	**(14,8)**	**198,1**	**(4,5)**	**11,3**	**190,1**
Imposto de renda e contribuição social	(6,0)	(7,8)	(2,2)	182,9	166,9	(0,6)	(47,3)	(1,9)	9,0	(40,8)
Lucro Líquido (Prejuízo)	**80,4**	**(18,9)**	**0,6**	**196,6**	**258,7**	**(15,4)**	**150,8**	**(6,4)**	**20,3**	**149,3**
EBITDA	**40,4**	**43,9**	**34,0**	**19,6**	**137,9**	**31,8**	**113,0**	**39,7**	**27,6**	**212,1**
EBITDA "Ajustado"	**40,4**	**43,9**	**34,0**	**19,6**	**137,9**	**31,8**	**30,2**	**39,7**	**23,9**	**125,6**

Receita líquida consolidada acumulada de 2022 foi de R$ 1.017,2 milhões, 17,9% acima do mesmo exercício de 2021, impactados pelos aumentos das commodities e novos projetos conquistados no período. Para o quarto trimestre também houve um crescimento de 1,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, saímos de R$ 214,1 milhões para R$ 216,5 milhões.

Lucro bruto consolidado acumulado de 2022 foi de R$ 143,9 milhões, um crescimento de 10,1% em comparação ao mesmo exercício de 2021. Apesar das incertezas da economia, confirmamos nossa eficiência operacional, resultado que é fruto de um trabalho focado em redução dos gastos gerais de fabricação e de melhorias no processo produtivo.

Despesas com vendas, gerais e administrativas no acumulado de 2022 somaram R$ 36,4 milhões, quando no mesmo exercício de 2021 foi de R$ 34,5 milhões, um pequeno aumento de 5,5% devido a inflação do período (IPCA), para o 4º Trimestre de 2022 a despesa foi de R$ 10,3 milhões contra R$ 9 milhões para mesmo período de 2021.

Obs. A partir do próximo indicador o acumulado de 2021 apresentará uma expressiva variação positiva devido à contabilização referente ao efeito da definição do Supremo Tribunal Federal

(STF), onde se posicionou sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, resultando no montante de R$ 86,5 milhões.

Outras receitas (e Despesas) no acumulado de 2022 o valor foi de R$ 10,6 milhões contra R$ 96,9 milhões do mesmo exercício de 2021 que "ajustado" foi de R$ 10,4 milhões, representando um crescimento de 1,92%. O mesmo acontece entre os comparativos do 4º Trimestre, saindo de R$ 4,9 milhões para R$ 7,8 milhões em 2022, principal efeito desta variação é referente as receitas não recorrentes em 2022.

Lucro operacional acumulado de 2022 foi apurado em R$ 118,1 milhões, contra R$ 193,1 milhões do mesmo exercício de 2021, o qual "ajustado" representa R$ 106,6 milhões, um crescimento para o ano atual de 10,8%. No 4º Trimestre de 2022 o lucro foi de R$ 14,4 milhões, contra R$ 22,8 milhões em 2021.

Lucro líquido acumulado de 2022 foi de R$ 258,7 milhões contra R$ 149,3 milhões em 2021. Excluindo os efeitos referentes a revisão das projeções de resultados futuros da Companhia para avaliação do Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízo Fiscal; Base Negativa da CSLL, nos termos do CPC nº 32/2009 e da Resolução CVM nº 109/2022 no exercício de 2022 e a Exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS no exercício de 2021, os resultados acumulados "ajustados" ficam respectivamente em R$ 74,1 milhões em 2022, contra R$ 30,9 milhões em 2021.

O **EBITDA** acumulado de 2022 foi de R$ 137,9 milhões e no mesmo período de 2021 foi de R$ 212,1 milhões que "ajustado" é de R$ 125,6 milhões, representando para o ano atual um crescimento de 9,8%. Em comparação ao 4º Trimestre tivemos Ebitda ajustado de R$ 19,6 milhões para 2022 e R$ 23,9 milhões para 2021.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Organização.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2022 x 2021 x 2020 - (em R$ mil)

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
Ativo	**explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.154	26.575	26.333	13.492	33.480	27.302
Aplicações financeiras	7	35.355	25.509	30.136	57.660	25.509	36.204
Contas a receber de clientes	8	93.813	64.642	66.243	98.011	67.170	67.208
Estoques	9	108.974	123.270	61.422	124.876	139.780	68.053
Conta corrente com partes relacionadas		-	-	504	-	-	504
Tributos a recuperar	10.a	41.398	31.170	19.926	41.631	31.323	20.200
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	4.000	3.268	2.535	4.005	3.268	2.535
Outros ativos		22.475	16.751	12.747	27.419	25.289	15.439
Total do ativo circulante		**314.169**	**291.185**	**219.846**	**367.094**	**325.819**	**237.445**
Tributos a recuperar	10.a	68.488	96.230	8.065	68.488	96.230	8.065
IRPJ e CSLL Diferido s/Lucro de Exercícios Futuros		184.558	-	-	184.558	-	-
IRPJ e CSLL Diferido s/prejuízo fiscal e base negativa	10.b	11.700	11.700	-	11.700	11.700	-
Depósitos judiciais	17	4.944	5.215	5.686	5.548	5.819	6.289
Outros ativos		370	352	340	370	352	339
Total do realizável a longo prazo		**270.060**	**113.497**	**14.091**	**270.664**	**114.101**	**14.693**
Investimentos	11	80.893	61.925	49.306	-	-	-
Imobilizado	12	154.159	142.503	137.695	161.495	149.549	145.076
Intangível	13	555	868	804	555	868	804
		235.607	**205.296**	**187.805**	**162.050**	**150.417**	**145.880**
Total do ativo não circulante		**505.667**	**318.793**	**201.896**	**432.714**	**264.518**	**160.573**
Total do ativo		**819.836**	**609.978**	**421.742**	**799.808**	**590.337**	**398.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
Passivo	**explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fornecedores	16	35.843	48.686	16.261	36.127	48.815	17.986
Empréstimos e financiamentos	14	73.101	48.549	22.943	74.588	50.088	25.005
Salários e encargos sociais	18	16.818	14.122	10.902	17.717	14.647	11.265
Tributos a recolher		3.057	2.074	1.814	4.097	2.841	2.155
Tributos parcelados		281	382	442	953	1.066	1.138
Conta corrente com partes relacionadas	19	32.182	32.545	37.943	-	-	-
Passivo de arrendamento	15	603	958	880	704	1.051	959
Outras contas a pagar		21.866	9.397	5.172	21.927	9.454	5.263
Passivo de contrato		6.219	3.904	4.866	6.238	4.443	4.875
Outras Obrigações com cliente		-	-	8.878	-	-	8.878
Total do passivo circulante		**189.970**	**160.617**	**110.101**	**162.351**	**132.405**	**77.524**
Fornecedores	16	-	1.171	2.495	-	1.178	2.517
Empréstimos e financiamentos	14	612.378	683.900	696.200	619.083	691.722	704.251
Provisão para riscos e discussões judiciais	17	5.676	7.462	8.907	5.920	7.462	8.926
Tributos parcelados		39	320	723	39	320	723
Passivo de arrendamento	15	1.488	1.896	3.384	2.130	2.638	4.145
Outras contas a pagar		3.060	5.846	765	3.060	5.846	765
Total do passivo não circulante		**622.641**	**700.595**	**712.474**	**630.232**	**709.166**	**721.327**
Total do passivo		**812.611**	**861.212**	**822.575**	**792.583**	**841.571**	**798.851**
Capital social	20.a	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273
Resultados abrangentes		8.758	9.103	9.463	8.758	9.103	9.463
Prejuízos acumulados		(173.556)	(432.625)	(582.315)	(173.556)	(432.625)	(582.315)
Ajustes de avaliação patrimonial		750	1.015	746	750	1.015	746
Total do patrimônio líquido		**7.225**	**(251.234)**	**(400.833)**	**7.225**	**(251.234)**	**(400.833)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**819.836**	**609.978**	**421.742**	**799.808**	**590.337**	**398.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2022 em comparação com o ano de 2021

Principais contas do Ativo:

Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras – A variação consolidada do fluxo de caixa apresentou uma pequena redução no montante de R$ 26,2 milhões em comparação ao ano anterior. Importante destacar, que houve o pagamento de duas parcelas semestrais de empréstimos (principal e juros) durante o período de 2022 de R$ 82,5 milhões, mesmo assim, o caixa líquido fechou o ano no montante de R$ 13,5 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2021), comprovando assim a ótima capacidade da companhia na geração de caixa

Estoques – O saldo acumulado do estoque totalizou R$ 124,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 139,8 milhões em 31 de dezembro de 2021), uma redução de 11,9% devido a estratégia de maior aproveitamento dos saldos estocados de matéria prima.

O grupo de **tributos a recuperar curto e longo prazo** em 31 de dezembro de 2022 apresentou saldo acumulado de R$ 110,1 milhões (R$ 127,6 milhões em 31 de dezembro de 2021)

representando uma redução 15,83%, principalmente devido as compensações dos impostos federais que em 2022 totalizaram o montante de R$ 22,6 milhões com o saldo do crédito do PIS e COFINS. Vale lembrar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu definitivamente em maio de 2021 que o valor do ICMS a ser excluído da base do PIS e COFINS é o ICMS DESTACADO. Com essa decisão a companhia contabilizou de crédito entre os períodos de 2020 e 2021 um montante de R$ 162,2 milhões, sendo que possui um saldo disponível a ser compensado de R$ 96,2 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Principais contas do Passivo:

Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo) a dívida em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 693,7 milhões (R$ 741,8 milhões em 31 de dezembro em 2021), com redução de 6,93% em função da amortização do principal e das oscilações da taxa de dólar, que em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 5,2177 (R$ 5,5805 em 31 de dezembro de 2021), gerando uma contabilização de variação cambial positiva de R$ 25,6 milhões no período.

Fornecedores (curto e longo prazo) O saldo acumulado de fornecedores consolidado totalizou R$ 36,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 50,0 milhões em 31 de dezembro de 2021), representando uma diminuição de 38,50%. Em 2021, houve uma estratégia de aumento de estoque para garantir preço na virada do exercício. Em 2022, os níveis de estoque voltaram a normalidade.

O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
2021	-	52	-	52
2022	2	49.194	2	49.330
2023	35.841	611	36.125	611
	35.843	**49.857**	**36.127**	**49.993**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. – Os Diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

RODAS

R$ Milhões	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Bruta	**223,9**	**230,2**	**210,5**	**145,9**	**810,5**	**149,8**	**172,5**	**184,3**	178,0	**684,6**
Receita Líquida	**186,1**	**192,9**	**177,2**	**122,8**	**679,0**	**123,1**	**141,7**	**152,4**	**147,9**	**565,1**
Mercado Interno	186,1	192,1	173,9	122,3	674,4	122,4	141,0	151,6	147,0	562,0
Mercado Externo		0,8	3,3	0,5	4,6	0,7	0,7	0,8	0,9	3,1
CPV	**(156,7)**	**(157,8)**	**(154,8)**	**(117,0)**	**(586,3)**	**(102,9)**	**(121,1)**	**(129,5)**	**(131,0)**	**(484,5)**
Lucro Bruto	**29,4**	**35,1**	**22,4**	**5,8**	**92,7**	**20,2**	**20,6**	**22,9**	**16,9**	**80,6**
Margem Bruta	*15,8%*	*18,2%*	*12,6%*	*4,7%*	*13,6%*	*16,4%*	*14,5%*	*15,0%*	*11,4%*	*14,3%*

A escassez de componentes, principalmente semicondutores ocasionou em paralizações e antecipações de férias coletivas, assim afetando no resultado do segundo semestre de 2022.

A receita líquida foi de R$ 679 milhões no acumulado de 2022, contra R$ 565,1 milhões no exercício de 2021, o que representa um aumento de 20,2%, por conquistas de novos projetos e efeitos das oscilações das commodities e outros insumos. No comparativo entre o 4º Trimestre tivemos R$ 122,8 milhões e R$ 147,9 milhões, respectivamente para os anos de 2022 e 2021, uma redução de 17,0%, reflexo da escassez de componentes e férias coletivas.

O CPV (Custo dos Produtos Vendidos) acumulado de 2022, foi de R$ 586,3 milhões contra R$ 484,5 milhões no mesmo exercício de 2021. Em comparação aos Trimestres temos para o 4º Trimestre de 2022 um CPV de R$ 117,0 milhões contra R$ 131,0 milhões em 2021.

O lucro bruto acumulado em 2022, foi de R$ 92,7 milhões, um crescimento de 15% em comparação ao mesmo período de 2021 que foi de R$ 80,6 milhões. Já entre os comparativos do 4º Trimestre entregamos R$ 5,8 milhões em 2022 contra R$ 16,9 milhões de 2021, também reflexo das incertezas do período de 2022.

CILINDROS

R$ Milhões	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Bruta	**63,7**	**69,1**	**68,4**	**81,0**	**282,2**	**89,8**	**62,7**	**85,0**	**58,8**	**296,3**
Receita Líquida	**49,8**	**54,7**	**53,4**	**63,4**	**221,3**	**66,9**	**49,3**	**63,9**	**45,7**	**-225,8**
Mercado Interno	48,6	53,7	53,4	63,4	219,1	66,9	49,2	63,9	45,7	225,7
Mercado Externo	1,2	1,0	-	-	2,2	-	0,1	-	-	0,1
CPV	**(43,0)**	**(48,1)**	**(45,8)**	**(56,8)**	**(193,7)**	**(55,4)**	**(42,5)**	**(53,4)**	(40,6)	**-(191,9)**
Lucro Bruto	**6,8**	**6,6**	**7,6**	**6,6**	**27,6**	**11,5**	**6,8**	**10,5**	**5,1**	**-33,9**
Margem Bruta	*13,7%*	*12,1%*	*14,2%*	*10,4%*	*12,5%*	*17,2%*	*13,8%*	*16,4%*	*11,2%*	*15,0%*

Para o ano de 2022, o retorno das atividades presenciais, a estabilidade do consumo de gás GLP e o alto preço do botijão para o consumidor final, foram fatores predominantes para que houvesse

uma diminuição no volume de compras de botijões. Em contrapartida ganhamos mercado no setor de tanques de ar para automóveis pesados, caminhões e ônibus, devido a antecipação de compras por alguns frotistas adquirindo novos veículos em 2022 como forma de fugir dos reajustes da linha 2023, cerca de 15% mais cara por conta da entrada da tecnologia Euro 6.

A receita líquida foi de R$ 221,3 milhões no acumulado de 2022, contra R$ 225,8 milhões do mesmo período de 2021, o que representa uma redução de 1,99%. No 4º Trimestre de 2022 entregamos uma receita líquida de R$ 63,4 milhões, registrando um crescimento de R$17,7 milhões comparados ao mesmo período de 2021.

O **lucro bruto** de 2022 foi de R$ 27,6 milhões e no mesmo período de 2021 foi de R$ 33,9 milhões o que representa uma variação negativa de -18,5%, efeitos dos baixos volumes de produtos para GLP, oscilações das commodities e outros insumos. O 4º Trimestre de 2022 foi representado por uma variação positiva de 29,4% em comparação ao mesmo período de 2021.

AÇOS

R$ Milhões	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Bruta	**25,7**	**30,7**	**34,3**	**31,9**	**122,6**	**13,8**	**18,4**	**22,2**	**21,8**	**76,2**
Receita Líquida	**24,7**	**29,1**	**32,8**	**30,3**	**116,9**	**13,0**	**17,2**	**21,3**	**20,6**	**72,1**
Mercado Interno	24,7	29,1	32,8	30,3	116,9	13,0	17,2	21,3	20,6	72,1
Mercado Externo	-	-	-			-	-			-
CPV	**(18,4)**	**(22,3)**	**(26,7)**	**(25,9)**	**(93,3)**	**(11,0)**	**(13,6)**	**(15,6)**	**(15,7)**	**(55,9)**
Lucro Bruto	**6,3**	**6,8**	**6,1**	**4,4**	**23,6**	**2,0**	**3,6**	**5,7**	**4,9**	**16,2**
Margem Bruta	*25,5%*	*23,4%*	*18,6%*	*14,5%*	*20,2%*	*15,4%*	*20,9%*	*26,8%*	*23,8%*	*22,5%*

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de "V" para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

Para o mercado de motocicletas as vendas continuam em alta, devido ao setor de delivery, principalmente nas entregas de produtos adquiridos pelo mercado de e-commerce, além disso a necessidade de mobilidade urbana, economia de combustível, manutenção e baixo custo de aquisição.

A **receita líquida** foi de R$ 116,9 milhões no acumulado de 2022, contra R$ 72,1 milhões do exercício de 2021, o que representa um aumento de 62,1%. No 4º Trimestre a receita líquida foi de R$ 30,3 milhões se comparada ao mesmo período do ano anterior de R$ 20,6 milhões, um aumento significativo de 47,1%, impactados fortemente pela retomada da indústria de duas rodas, conquistas de novos projetos, efeitos das oscilações das comodities e outros insumos.

O **lucro bruto** foi de R$ 23,6 milhões no exercício de 2022, um crescimento de 45,7% em comparação aos números apresentados do exercício de 2021. No comparativo entres os 4º Trimestre entregamos para o período atual um lucro bruto de R$ 4,4 milhões contra R$ 4,9 milhões do ano de 2021.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.
Não se aplica

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Rodas: A maior influência neste negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio, que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria-prima a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a empresa paga pela matéria-prima e o que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado sendo assim um fator importante.

Resultados Financeiros:
A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

2.3. – Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica

2.4. - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações Societárias.

c) Eventos ou operações não usuais
Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

2.5. - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) **Informar o valor das medições não contábeis**
Não se aplica.

b) **fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
Não se aplica.

c) **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**
Não se aplica.

2.6. - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente
Não se aplica.

2.7. - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) **regras sobre retenção de lucros**
Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado a reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia

Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.

Na Assembleia Geral Ordinária de 2022, aprovaram a destinação do lucro líquido, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para a conta de prejuízos acumulados.

b) regras sobre distribuição de dividendos
De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado deve ser destinado a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

c) periodicidade das distribuições de dividendos
De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
Não é aplicável, tendo em vista a obediência ao art. 8.11 do Plano de Recuperação judicial, de dezembro/2014.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
A destinação de resultados é baseada nas regras dispostas no Estatuto Social e no Plano de Recuperação judicial, de dezembro/2014.

2.8. - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
Não se aplica.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada
Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica

2.9. - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não se aplica

b) natureza e o propósito da operação
Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não se aplica

2.10. - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para os investimentos previstos em 2023 informamos que iremos investir montantes aproximados ao ano de 2022, distribuídos da seguinte forma em %:

Normatização	3,08%
Produção/Produtividade	86,95%
Sustentabilidade	4,62%
Outros	5,35%
	100,0%

ii. fontes de financiamento dos investimentos
A Companhia tem utilizado fluxo de caixa operacional próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não se aplica.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
Não se aplica

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não se aplica

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
Não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não se aplica

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)
O plano de negócio da Companhia contempla diversos projetos voltados a economia circular. Um dos destaques, é a produção de rodas utilizando como matéria-prima o Eco alumínio, desenvolvido a partir da reciclagem.

Tal processo, respeita todos os critérios de qualidade presentes na fabricação dos demais produtos que utilizam o lingote alumínio puro e é considerado um marco, no que tange o desenvolvimento sustentável.

Nesta mesma esteira, há o manifesto comprometimento da Companhia com a preservação do meio ambiente. São inúmeras ações preventivas, periodicamente realizadas, que reforçam a necessidade de estabelecer o equilíbrio de seu desenvolvimento econômico, sem deixar de observar o irrestrito respeito a causa ambiental e tudo o que ela cerca.

2.11. - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção
Não se aplica.

ANEXO II – CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(*Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência a respeito dos candidatos ao Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22*)

7.3. Em relação a cada um dos administradores indicar, em forma de tabela: a) nome; b) data de nascimento; c) profissão; d) CPF ou número do passaporte; e) cargo eletivo ocupado; f) data de eleição; g) data da posse; h) prazo do mandato; i) se foi eleito pelo controlador ou não; j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria; k) caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos; l) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Candidato 1	
a) Nome	Jonathan Thomas O'Day
b) Data de Nascimento	12/01/1979
c) Profissão	Engenheiro
d) CPF	233.663.868-19
e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Sim
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo	Primeiro mandato

mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Candidato 2	
a) Nome	Mark Ross Mangels
b) Data de Nascimento	11/12/1954
c) Profissão	Engenheiro mecânico
d) CPF	939.718.428-87
e) Cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	08/05/2001
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	
ii. condenação em processo	

administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Candidato 3	
a) Nome	Susan Jane Mangels Cox
b) Data de Nascimento	29/02/1960
c) Profissão	Professora
d) CPF	011.652.288-74
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheira de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	08/05/2001
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu	Não se aplica

grupo econômico; e	
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Candidato 4	
a) Nome	Alan Robert Mangels
b) Data de Nascimento	02/06/1982
c) Profissão	Engenheiro aeroespacial
d) CPF	214.810.228-14
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/04/2023

h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	27/04/2018
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final	

administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Candidato 5	
a) Nome	Cristine Mangels Vieira
b) Data de Nascimento	23/11/1982
c) Profissão	Formada em Marketing
d) CPF	102.120.011-59
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheira de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Sim
j) Membro Independente	Não
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	19/07/2019
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor	Não se aplica.

mobiliário do emissor	
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Candidato 6	
a) Nome	Antonio Farina
b) Data de Nascimento	17/05/1960
c) Profissão	Engenheiro Mecânico
d) CPF	064.559.088-64
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f) Data da eleição	27/04/2023
g) Data da posse	27/05/2023
h) Prazo do mandato	Dois anos
i) Eleito pelo controlador	Não
j) Membro Independente	Sim
k) Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo	29/05/2014

mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em	
(i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e	Não se aplica
(ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
m) **descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**	
i. condenação criminal;	Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;	
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Currículos dos Candidatos, em atenção ao disposto no art. 3º, § 2º da Resolução CVM n.º 80/22:

JONATHAN THOMAS O'DAY Graduado em engenharia mecânica pela Michigan University (2001), com mestrado e MBA pela The Wharton School & The Lauder Institute, University of Pennsylvania (2008). Com trajetória profissional construída em empresas como General Eletric e Prosperitas Investimentos, nos últimos 05 anos foi Head of Asset and Fund Management da GLP (Global Logistic Properties) e atualmente é Managing Director da EQT Exeter, ambas do setor logístico.

MARK ROSS MANGELS Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquia Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice-presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2001.

SUSAN JANE MANGELS COX Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – Romênia; English School Fahaheel – Kuwait. Membra do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2001.

ALAN ROBERT MANGELS Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino-Americano (The Lauder Institute – University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (Univesity of Pennsylvania – The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração e, desde janeiro de 2017 tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2018.

CRISTINE MANGELS VIEIRA Graduada em Marketing, com trajetória profissional construída em empresas como Find Your Influence – Marketing e Mídias Sociais. Membra do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2019.

ANTONIO FARINA Graduado em Engenharia Mecânica (Centro Universitário FEI), exerceu função comercial na Ferrostaal do Brasil no segmento de máquinas injetoras (1995). Possui experiência no mercado de ações como analista de investimento e como investidor em

diversas empresas desde 1990, membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A desde 2014.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Mark Ross Mangels – tem relação de parentesco em segundo grau com Susan Mangels Cox.
Susan Jane Mangels Cox - tem relação de parentesco em segundo grau com Mark Ross Mangels.
Cristine Mangels Vieira - tem relação de parentesco em primeiro grau com Mark Ross Mangels.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

b. Controlador direto ou indireto do emissor

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

***

ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(*Conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22 e nos termos do item 8 do Formulário de Referência*)

8. Remuneração dos administradores

8.1. – Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da consultoria Korn Ferry, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

A Companhia não possui Política de Remuneração formalmente aprovada, seguindo as práticas mencionadas acima.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

iii. **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; sua metodologia de cálculo e de reajuste; e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos ocorre da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro do Conselho de Administração que cumule função como Diretor da Companhia.

b) Diretoria: os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Atualmente, não há nenhum membro da Diretoria que faça parte do Conselho de Administração.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

- Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro Mangels para ser considerado elegível;
- No SRV existem dois indicadores:
  - Indicador financeiro Mangels consolidado;
  - Metas Individuais.

b) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Proporção de cada elemento na remuneração total:

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2022, 65% corresponde a honorários fixos e 35% a remuneração variável.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado, através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral, a remuneração do Conselho de Administração é reajustada anualmente ou, em prazo menor, se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Korn Ferry.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBITDA foi o considerado em 2022, bem como será considerado em 2023, para determinação da remuneração variável.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Anualmente, o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

ii. **Razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média do mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada pela Companhia.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2. – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão;
b) Número total de membros;
c) Número de membros remunerados;
d) Remuneração segregada em:
- *i. Remuneração fixa anual, segregada em:*
  - *Salário ou pró-labore;*
  - *Benefícios diretos e indiretos;*
  - *Remuneração por participação em comitês;*
  - *Outros.*
- *ii. Remuneração variável, segregada em:*
  - *Bônus;*
  - *Participação nos resultados;*
  - *Remuneração por participação em reuniões;*
  - *Comissões;*
  - *Outros.*
- *iii. Benefícios pós-emprego;*
- *iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;*
- *v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções.*

e) Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal;
f) Total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado de 2022 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pró-labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R$ 2.100.00 - - - - -	R$ 913.532 - - - - -	R$ 25.352 - - - - -
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	R$ 450.937,32	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R$ 2.100.00	R$ 1.364.469,32	R$ 25.352
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	**R$ 3.489.821,32**		

Para o exercício social de 2022 houve pagamento de honorários para o Conselho Fiscal, considerando o período de sua instalação, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Remuneração reconhecida no resultado de 2021 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	02	-
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	-

Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pró-labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R$ 1.577.632 - - - - -	R$ 1.899.756 - - - - -	-
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	R$ 1.007.801	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R$ 1.577.632	R$ 2.907.557	-
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	**R$ 4.485.189**		

Para o exercício social de 2021 não houve pagamento de honorários para o Conselho Fiscal, considerando que o órgão não foi instalado o Conselho Fiscal, conforme deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Remuneração reconhecida no resultado de 2020 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	06	02	-
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	-
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pró-labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R$ 1.382.105 -	R$ 2.031.728 -	-

Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	R$ 1.547.517	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R$ 1.382.105	R$ 3.579.246	-
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria estatuária e Conselho Fiscal	**R$ 4.961.351**		

No ano de 2020 não foram pagos honorários para os membros do Conselho Fiscal, considerando a deliberação de não instalação do órgão na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Remuneração prevista para o exercício social de 2023 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	06	03	-
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	03	-
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pró-labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R$ 2.100.000 - - - - -	R$ 691.844 - - - - -	-
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	R$ 345.922	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-

Valor da remuneração total de cada órgão	R$ 2.100.000	R$ 1.037.767	-
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	**R$ 3.137.767**		

8.3 – Em relação à remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão;
b) Número total de membros;
c) Número de membros remunerados;
d) Em relação ao bônus:
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais.
e) Em relação à participação no resultado:
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos três exercícios sociais.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

Remuneração variável no exercício de 2020	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R$ 1.547.517	-

Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2021	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R$ 1.390.689	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2022	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no	-	R$ Zero	-

plano de remuneração			
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R$ 345.922	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2023 (Previsão)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R$ 1.850.286	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as	-	-	-

metas sejam atingidas			

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais;
b) data de aprovação e órgão responsável;
c) número máximo de ações abrangidas;
d) número máximo de opções a serem outorgadas;
e) condições de aquisição de ações;
f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício;
h) forma de liquidação;
i) restrições à transferência das ações;
j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 – Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão;
b) número total de membros;
c) número de membros remunerados;
d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
  i. em aberto no início do exercício social
  ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
  iii. exercidas durante o exercício social
e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão
b) número total de membros
c) número de membros remunerados

d) data de outorga
e) quantidade de opções outorgadas
f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
g) prazo máximo para exercício das opções
h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
i) valor justo das opções na data da outorga;
j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.7. - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão
b) número total de membros
c) número de membros remunerados
d) em relação às opções ainda não exercíveis
  i. quantidade
  ii. data em que se tornarão exercíveis
  iii. prazo máximo para exercício das opções
  iv. prazo de restrição à transferência das ações
  v. preço médio ponderado de exercício
  vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
e) em relação às opções exercíveis
  i. quantidade
  ii. prazo máximo para exercício das opções
  iii. prazo de restrição à transferência das ações
  iv. preço médio ponderado de exercício
  v. valor justo das opções no último dia do exercício social
f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.8. - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão
b) número total de membros
c) número de membros remunerados
d) número de ações
e) preço médio ponderado de exercício
f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g) *multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.9. - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) *órgão*
b) *número total de membros*
c) *número de membros remunerados*
d) *diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.10. - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) *órgão*
b) *número total de membros*
c) *número de membros remunerados*
d) *data de outorga*
e) *quantidade de ações outorgadas*
f) *prazo máximo para entrega das ações*
g) *prazo de restrição à transferência das ações*
h) *valor justo das ações na data da outorga*
i) *multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.11. - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) *órgão*
b) *número total de membros*
c) *número de membros remunerados*
d) *número de ações*
e) *preço médio ponderado de aquisição*
f) *preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*

g) *multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.12. - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) *modelo de precificação*
b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
d) *forma de determinação da volatilidade esperada*
e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.13. - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2022		
Órgão	**Ordinárias**	**Preferenciais**
Conselho de Administração	24	881.949
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

8.14 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) *Órgão;*
b) *Número total de membros;*
c) *Número de membros remunerados;*
d) *Nome do plano;*
e) *Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;*
f) *Condições para se aposentar antecipadamente;*

g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

8.15. – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a) Órgão;
b) Número total de membros;
c) Número de membros remunerados;
d) Valor da maior remuneração individual;
e) Valor da menor remuneração individual;
f) Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

	Diretoria Estatutária			**Conselho de Administração**			**Conselho Fiscal**		
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Nº de membros	02	02	02	06	06	06	03	-	-
Nº de membros remunerados	02	02	02	06	06	06	03	-	-
Valor da maior remuneração	480.458	1.556.746	1.719.528	600.000	600.000	600.000	25.352	-	-
Valor da menor remuneração	433.074	343.010	312.200	300.000	195.526	195.526	25.352	-	-
Valor médio da remuneração	456.766	949.878	1.015.864	350.000	397.763	397.763	25.352	-	-

No ano de 2022 foram pagos honorários para os membros do Conselho Fiscal, relativos aos meses de abril a dezembro, considerando a deliberação de instalação do órgão na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

8.16. – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso

de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2020	2021	2022	2023
Conselho de Administração	83%	83%	83%	83%
Diretoria	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	0%	0%

8.18. – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

Não está nos planos da Companhia realizar nenhum pagamento nesse sentido para o exercício em curso.

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Órgão	2020	2021	2022	2023
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

* * *